ATA DA 208ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ

Data: 24 de abril de 2014.
Horário: 08h30 às 18h
Local: Sala Takumi – Hotel Nikko, Rua Barão do Rio Branco, 546- Curitiba, PR.
Conselheiros membros – Gestão 2012-2015

	Nome		**Condição**	**Órgãos, Entidades e Instituições.**
	Usuários			
1	Valton Witkowski	Presente	Titular	SINDPETRO
	Claudiney Batista	Presente	Suplente	SINDPETRO
2	Maria Marucha S. Vettorazzi	Presente	Titular	FETAEP
	Wilson de Souza Silva	Presente	Suplente	FETAEP
3	Jonas Braz	Ausente	Titular	CUT
	Ademir Vidolin	Ausente	Suplente	CUT
4	Ildemar Gorges	Ausente	Titular	Força Sindical
	Junior Ribeiro da Silva	Ausente	Suplente	Força Sindical
5	Gildo Antônio Cabral Falcão	Presente	Titular	UGT
	Custodio Rodrigues do Amaral	Presente	Suplente	UGT
6	Manoel Rodrigues do Amaral	Presente	Titular	SINDNAPI
	Edvirges de Oliveira	Ausente	Suplente	SINDNAPI
7	Livaldo Bento	Justificado	Titular	MOPS
	Sonia Maria Anselmo	Justificado	Suplente	IMOPS
8	Amauri Ferreira Lopes	Presente	Titular	ANEPS
	Celso Luiz Gonçalves dos Santos Junior	Presente	Suplente	ANEPS
9	Marco Antonio Costa Pinheiro	Presente	Titular	Fórum ONG AIDS
	Sandra Dolores de Paula Lima	Presente	Suplente	Fórum ONG AIDS
10	Terezinha Aparecida de Lima	Presente	Titular	IBDA
	João Maria Chagas	Presente	Suplente	IBDA
11	Amaury César Alexandrino	Presente	Titular	DEFIPAR
	Tânia Roseli Minusculi	Presente	Suplente	DEFIPAR
12	Lívia Diniz Sola	Presente	Titular	FAMOPAR
	Sérgio Ferreira Doszanet	Presente	Suplente	FAMOPAR
13	Jiovany do Rocio Kissilevicz	Presente	Titular	CMP
	Celso Tenami Melchiades	Presente	Suplente	CMP
14	Genecilda Gotardo	Presente	Titular	MST
	Adaíze Citron da Silva	Ausente	Suplente	MST
15	Márcia Beghini Zambrim	Justificado	Titular	Pastoral da Saúde
	Antonio Pitol	Presente	Suplente	Pastoral da Saúde
16	Clarice Siqueira dos Santos	Presente	Titular	Pastoral da Criança
	Erica Ana Hobold	Justificativa	Suplente	Pastoral da Criança
17	Maria Lucia Gomes	Presente	Titular	ASSEMPA
	Rosalina Batista	Presente	Suplente	ASSEMPA

18	Terezinha Pereira da Silva (Mãe Omin)	Presente	Titular	Rede de Mulheres Negras
	Heliana Neves Hemeterio dos Santos	Ausente	Suplente	Rede de Mulheres Negras
	Profissionais de Saúde		**Condição**	**Entidade**
19	Mauricio Portella	Presente	Titular	CRF
	Nilson Hideki Nishida	Presente	Suplente	SINDIFAR-PR
20	Wanderli Machado	Presente	Titular	CRESSS
	Sirleide Ferreira de Mauro	Presente	Suplente	AATO
21	André Luiz Vendel	Presente	Titular	CRP
	Rubia Daniela Thieme	Ausente	Suplente	CRN
22	Antonio Rangel	Ausente	Titular	ABEN
	Nelson Mayrink Giansante	Presente	Suplente	CRM
23	Sonia Margarete Batista Frade Krachenski	Presente	Titular	CREFITO
	Vivien Midori Morikawa	Presente	Suplente	CRMV
24	Mariangela de Assis Gomes Fortes	Presente	Titular	ABO
	Clayton Celestino Poitevin	Presente	Suplente	CRO
25	Giordano Pedro de Oliveira	Presente	Titular	SINDSAÚDE/PR
	Mari Elaine Rodella	Presente	Suplente	SINDSAÚDE/PR
26	Sebastião José de Oliveira	Ausente	Titular	SINDPREVS
	José Carlos Leite	Justificado	Suplente	SINDPREVS
27	Irene Rodrigues dos Santos	Justificado	Titular	FESSMUC
	Solange Izabel Marega Batista	Justificado	Suplente	FESSMUC
	Prestadores de Serviços		**Condição**	**Entidade**
28	Rosita Márcia Wilner	Presente	Titular	FEMIPA
	Antonio Garcez Novaes Neto	Presente	Suplente	FEMIPA
29	Luiz Boligon	Justificado	Titular	FEHOSPAR
	Mauricio Duarte Barcos	Presente	Suplente	FEHOSPAR
30	Zuleide Bezerra Dalla Costa	Justificado	Titular	ACISPAR
	Paula Heloise Boson	Presente	Suplente	ACISPAR
31	Denise Akemi Mashima	Presente	Titular	UEL
	Jeremias Bequer Brizola	Presente	Suplente	UEL
32	Ely de Campos	Presente	Titular	UEM
	Tereza Maria Pauliqui Peluso	Justificado	Suplente	UEM
	Gestores		**Condição**	**Entidade**
33	Cristiane Martins Pantaleão	Justificado	Titular	COSEMS
	Clodoaldo Fernandes dos Santos	Ausente	Suplente	COSEMS
34	Sezifredo Paulo Alvez Paz	Presente	Titular	Fundo Estadual de Saúde
	Cleide Aparecida de Oliveira	Presente	Suplente	Fundo Estadual de Saúde
35	Rene Jose Moreira dos Santos	Ausente	Titular	SESA
	Marise Gnatta Dalcuche	Presente	Suplente	SESA

36	Moacir Gerolomo	Presente	Titular	Ministerio da Saúde
	Luiz Carlos Mibach	Justificado	Suplente	Ministério da Saúde

1. **Expediente Interno**
2. **Ordem do Dia**

2.1 Aprovação da Pauta

2.2 Assuntos para Deliberação e Discussão Temática

2.2.1 Mesa Diretora
Encaminhamentos Mesa Diretora:
Justificativas e substituições
Leitura de Expedientes
1° Assunto: Aprovação das Atas 01ª Reunião Extraordinária do CES/PR, de 15 de fevereiro de 2013 e 04ª Reunião Extraordinária do CES/PR, de 11 de abril de 2013;
2° Assunto: Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;
3° Assunto: 5ª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do Paraná – Marcelo Montanha;
4° Assunto: Seminário de Comunicação para o Fortalecimento da Política do SUS;
5° Assunto: 6° Plenária Estadual de Conselhos:
6° Assunto: Comissões.

3. **Informes**

3.1 Informes Gerais.

Antonio Neto (FEMIPA) após a confirmação de quorum adequado, inicia a ducentésima oitava reunião ordinária do Conselho Estadual de Saúde – CES/PR, na data de vinte e quatro de abril de dois mil e quatorze, das oito e trinta às dezoito horas, na sala Takumi do Hotel Nikko. Primeiramente, segue a aprovação da pauta. **Rosalina (ASSEMPA)** informa que a Comissão de Educação Permanente e a Comissão de Saúde da Mulher solicitam ponto de pauta. **Amauri (ANEPS)** informa que a Comissão de DST/AIDS solicita ponto de pauta. **Jeremias (UEL)** Comissão de Orçamento solicita ponto de pauta. **João (IBDa)** informa que Comissão de Saúde Mental solicita ponto de pauta. **Sonia (CREFITO)** Comissão de Acesso ao SUS solicita pauta. **Antonio Neto (FEMIPA)** esclarece que há as seguintes inclusões no sexto assunto, Comissões, pediram pauta: Educação Permanente, Saúde da Mulher, DST/AIDS, Orçamento, Saúde Mental e Acesso ao SUS. E, solicita a votação dos conselheiros e a pauta é aprovada. **Maurício (Secretaria Executiva –CES/PR)** informa as justificativas: José Carlos Leite (Sindprevs); Livaldo Bento (MOPS); Solange Marega (FESSMUC); Tereza Maria Pauliqui Peluso (UEM); Sonia Maria Anselmo (MOPS); Luiz Boligon (FEHOSPAR); Irene Rodrigues dos Santos (FESSMUC); Zuleide Bezzerra Dalla Costa (ACISPAR); Luiz Carlos Mibach (Ministério da Saúde); Cristiane Martins Pantaleão (COSEMS); Márcia Beghini Zambrim (Pastoral da Saúde); na parte da manhã Terezinha Lima (IBDa); na parte da tarde Wanderli Machado (CRESS). E, o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Oitava Região – CREFITO 8, encaminhou um ofício solicitando a substituição da conselheira representante do CREFITO 8 no CES/PR, a Dra. Sonia Margarete Batista Frade Krachenski, pelo período de dois meses a contar do dia primeiro de maio a vinte e cinco de junho desde ano pela Dra. Alexsandra Santos Silva. Substituições: A Central Única dos Trabalhadores do Paraná – CUT/PR informa a substituição na suplência deste Conselho da Sra. Lucia Brentano Vogt pelo Sr. Ademir Vidolin; a Secretaria de Estado da Saúde – SESA informa a substituição do conselheiro José Carlos da Silva de Abreu pela Sra. Cleide Aparecida de Oliveira e; a ACISPAR informa que a partir desta data está substituindo a suplente Késia Carolina Braga

pela Sra. Paula Heloise Boson. **Lívia (FAMOPAR)** faz a leitura dos expedientes recebidos pela Mesa Diretora e, o primeiro expediente foi uma solicitação da reunião ordinária anterior e foi enviada uma convocação para a Coordenadora de Plenária de Saúde do Paraná, Sra. Palmira Aparecida Rangel, pedindo o comparecimento dela nessa ducentésima oitava reunião e foi obtida uma resposta dela que por motivo de ser membro da comissão organizadora da Décima Oitava Plenária Nacional de Conselhos de Saúde e que nos dias vinte e três e vinte e quatro de abril estará ocorrendo a segunda reunião da referida comissão, coincidindo com a data da reunião do CES, considerando que tal convocatória veio posterior à aquisição das passagens, ela não tem a possibilidade de alteração no trecho, então é uma justificativa dela do não comparecimento na presente data. Lívia informa que foi recebido um ofício do Conselho Nacional de Saúde informado sobre a Décima Oitava Plenária Nacional de Conselhos de Saúde que será nos dias vinte e sete e vinte e oito de maio de dois mil e quatorze em Brasília e colocou-se que o deslocamento com as passagens e as diárias ocorrerão por conta do Conselho de origem, então eles não vão subsidiar nada para a presença dos conselheiros. Também foi recebido um outro convite da Rede Trilegal, que é um projeto de protagonismo que tem o objetivo o fortalecimento das redes e movimentos de PVHA da região Sul do país e é resultado do processo licitatório de dois mil e doze realizado pelo departamento HIV/AIDS e HV do Ministério de Saúde, o projeto prevê três oficinas de instrumentalização abordando temas de controle social e estão convidando este órgão para compor a mesa de abertura que se realizará no dia vinte e quatro de abril às dezoito e trinta em Curitiba, então é necessário tirar o nome de um conselheiro que pudesse ir e fica escolhido o conselheiro Gildo. Há também um convite que o Secretário de Estado, Dr.Michele Caputo Neto, e a diretora de Escola de Saúde Publica, Célia Regina Gil, convidam para a abertura dos cursos de especialização em formação de gestor e equipes gestoras do SUS e da gestão da vigilância em saúde a ser realizada na Escola de Saúde Pública, a abertura será transmitida por videoconferência, as turmas descentralizadas de Cascavel, Guarapuava, Londrina, Maringá e Ponta Grossa e vai ser dia vinte e cinco de abril de dois mil e quatorze às dezenove horas no auditório da Escola de Saúde Pública do Paraná. **Antonio Neto (FEMIPA)** informa que este último convite está endereçado ao presidente do Conselho para participar da abertura, é uma prerrogativa *ad referendum* da presença do presidente ou de alguém o faça representar, mas ele já tem passagem de retorno para Londrina para a presente data e está com a mãe hospitalizada o impossibilitando de comparecer e também nenhum outro membro da Mesa Diretora também poderá participar, então ele questiona se algum conselheiro poderia comparecer representando a Mesa Diretora e o Conselho, mas ninguém se voluntária, então ele pede que o Sezifredo mesmo sendo da SESA represente o Conselho nesse evento. Antonio Neto fala sobre uma resolução que foi aprovada na última reunião, sobre a regulamentação das viagens dos conselheiros, para se aprovar os relatórios das viagens e ele gostaria de ler como ficou escrita a resolução, pois foi conversado sobre essa resolução e agora foi escrita para ver se ficou de acordo com os conselheiros, ele então faz a leitura do artigo que compõem a resolução vinte e um de dois mil e quatorze. E, após adequações no texto, Antonio Neto informa que não colocará em votação, pois já foi aprovada e só faltava um modelo de resolução. Passa-se então para o assunto da aprovação das atas, da ata da primeira reunião extraordinária do CES de quinze de fevereiro de dois mil e treze e quarta reunião extraordinária do CES de onze de abril de dois mil e treze, lembrando-se que essas são as duas últimas atas de dois mil e treze, fechando essas atas, não há mais nenhuma ata atrasada de dois mil e treze. Primeiro, em discussão a ata da primeira reunião extraordinária de quinze de fevereiro de dois mil e treze. Antonio Neto informa aos conselheiros que anteriormente na pauta havia sido informado que essas atas eram de reuniões ordinárias, mas na realidade são de reuniões extraordinárias. **Mãe Omin (Rede de Mulheres Negras)** informa que há vários erros de português e que na linha nove cinco meia seu nome está errado, em outra linha está errado o nome de uma

entidade e solicita correção. **Antonio Neto (FEMIPA)** informa que esse tipo de correção, principalmente nome de entidade, muitas vezes quem está fazendo a degravação não conhece, então escreve do jeito que está ouvindo, então solicita que escreve num papel e passe para a Secretaria Executiva corrigir. E, também solicita aos conselheiros que tudo que for erro de português, nome, entidade, expressão e que não altere as decisões podem ser entregues diretamente à Secretaria Executiva e vai ser arrumado sem ter que passar pelo plenário, porque é um erro de degravação. **Elaine (SindSaude)** sugere que a Mesa faça uma leitura porque até SESA está escrito errado, porque senão será muita coisa debatida à toa e tem vários outros erros. **Antonio Neto (FEMIPA)** informa que essa ata estava com a Mesa Diretora anterior e foi solicitado a eles essa ata porque se queria colocar essa ata em votação, então essa avaliação estava sendo feita pela outra Mesa e não deu tempo da Mesa atual avaliar, então a Secretaria Executiva se comprometeu a fazer essa releitura e correção. Coloca-se em processo de votação e a ata da primeira reunião extraordinária de dois mil e treze é aprovada. É colocada então em discussão a ata da quarta reunião extraordinária de onze de abril de dois mil e treze. **Rosalina (ASSEMPA)** informa que nessa ata em diversos momentos a Ely está como representante da UEL e o Jeremias como da UEM, então seria só essas mudanças, inverter as representatividades. **Antonio Neto (FEMIPA)** informa que essa também é uma pauta da Mesa anterior e também não foi feita essa avaliação, mas a Mesa se compromete que nas pautas realizadas por esta Mesa, juntamente com a Secretaria Executiva vão ser feitas essas correções mais de degravação. É colocada em votação e é aprovada a ata da quarta reunião extraordinária de dois mil e treze. Passa-se então para o segundo assunto da pauta, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. **Maria Leonor (Chefe do Núcleo de Gestão Estratégica da SESA)** informa estar representando o Diretor Geral da SESA, o qual está impossibilitado de comparecer e virtude de uma viagem a trabalho à Brasília. Maria Leonor faz a apresentação. **Jeremias (UEL)** da Comissão de Orçamento informa que a Maria Leonor esteve no dia anterior na reunião da comissão e a apresentação que ela fez foi a mesma, foi discutido alguns pontos que ele vai elencar, mas de forma geral a comissão considerou satisfatória a apresentação e o conteúdo da proposta apresentada, mesmo porque foram apresentadas várias modificações relacionadas às modalidades trinta e cinco e trinta e seis, quarenta e cinco, cinquenta e outras que foram destacadas na apresentação e nelas ficou claro que está sendo atendido o que dispões a Lei Complementar cento e quarenta e um, que trata da vinculação de receitas próprias com saúde e tem alguns mecanismos para garantir que de fato esse percentual mínimo estabelecido, para que o controle da aplicação aconteça. A comissão pontuou, primeiro, que a ordenação, não está diretamente relacionada ao assunto mas está, porque vai dizer a respeito da execução orçamentária depois, a ordenação das despesas sejam feitas diretamente pelo Secretário de Saúde, parece que já há um esforço nesse sentido. Segundo, que o percentual de doze por cento seja feito sobre o total da receita sem a exclusão do FUNDEB e isso já e vedado pela Lei Complementar cento e quarenta e um, ela veda expressamente a exclusão da base de cálculo da receita qualquer fundo, talvez não isso não esteja muito explícito na Lei de Diretrizes mas a comissão achou importante deixar destacado isso. Por fim, verificou-se também essa diferença de recursos deixados de aplicar em dois mil e quatorze eventualmente e ela será compensada em dois mil e quinze e a comissão não gostaria que isso viesse a acontecer, o quatrocentos e quatorze milhões aproximados deixados de aplicar em dois mil e treze seja de fato aplicado já em dois mil e quatorze e parece que já existe uma proposta de suplementação orçamentária e que já está sendo encaminhada de tal forma que esses quatrocentos e quatorze milhões que o Estado não aplicou em dois mil e treze seja feita ainda em dois mil e quatorze, relativo a esse tópico era isso o que a comissão gostaria de deixar registrado. **Maria Leonor (SESA)** informa que o Secretário já é o ordenador do Fundo Estadual de Saúde, o que foi levantado na comissão foi dos recursos da Fonte Cem estarem alocados numa conta dentro do Fundo Estadual de Saúde e o que acontece hoje, é que existe uma conta única dentro da Secretaria da

Fazenda onde estão todos os recursos, seja vinculados ou não vinculados, então hoje o Fundo empenha e liquida, mas ele não paga em virtude de não ter o caixa, ele não tem uma conta dentro do Fundo Estadual de Saúde para Fonte Cem, essa fonte tem uma conta única dentro da Secretaria de Estado da Fazenda, mas o Secretário de Saúde é o gestor do Fundo Estadual de Saúde. Outra questão é a questão da reposição dos recursos, a reposição da parte percentual que deixou de ser aplicada em dois mil e treze e a complementação do FUNDEB para dois mil e quatorze, o Governo do Estado já encaminhou uma proposta à Assembléia Legislativa pedindo autorização para abertura de um crédito orçamentário no valor de novecentos milhões, somente isso. Para os conselheiros entenderem, foi solicitado à Assembléia Legislativa abertura do crédito orçamentário em torno de novecentos milhões, essa proposta não fala os novecentos milhões vão ser aplicados em despesas correntes ou despesas de capital ou pessoal ou vai ser distribuída em tais projetos, apenas pede a autorização para a abertura do crédito orçamentário no valor de novecentos milhões; uma parte desses novecentos milhões já consta da proposta que foi aprovada aqui no Conselho, porque a proposta que a Secretaria apresentou ao Conselho para os recursos da fonte cem foi de dois bilhões e setecentos milhões, sendo que a proposta aprovada na Assembléia Legislativa foi de dois bilhões e duzentos e sete milhões, que foi uma proposta que deduziu o FUNDEB, então uma parte dos novecentos milhões ele já tem uma distribuição inclusive que é a que consta dentro da proposta aprovada dentro do Conselho, o restante a Secretaria está estudando uma proposta para distribuição dos recursos, mas inicialmente a mensagem que foi encaminhada à Assembléia Legislativa é de autorização para abertura do crédito orçamentário no valor de novecentos milhões. **Jeremias (UEL)** questiona qual o impedimento do ponto de vista legal de os pagamentos também serem feitos pelo próprio Fundo. **Maria Leonor (SESA)** informa que essa é uma discussão de a Secretaria da Saúde tem tido com a Secretaria da Fazenda, inclusive com a participação da PGE para que essa conta seja aberta dentro do Fundo Estadual de Saúde. **Jeremias (UEL)** só para esclarecer, o que a comissão está recomendando e reivindicando, que é o mesmo que a Secretaria, que o pagamento seja feito pelo Fundo. **Amaury (DEFIPAR)** integrante também da Comissão de Orçamento, esse assunto foi exaustivamente debatido com a Leonor e o Olavo, mas sempre resta algumas dúvidas e foi falado na comissão e foi repetido aqui sobre os restos a pagar, que é um problema que para não fugir do controle a comissão pediu para que fosse incluso no relatório, uma folha a mais onde vai demonstrar esse restos a pagar porque essa informação, esses números vão ficar pendentes de acompanhamento para aplicação dos recursos, mas a dúvida que lhe surge é quando é citado o restos a pagar, é falado que tem os cancelados e os prescritos; o cancelado tudo bem, é uma decisão da gestão se ele se tornar inviável já é cancelado, então gostaria de saber em que momento que se torna prescrito, quanto tempo demora para acontecer a prescrição de um empenho e se esses empenhos não podem ficar indefinidamente pendentes em restos a pagar? Para justamente ficar protelando esse recurso que também se ele for cancelado ele vai acabar onerando o exercício seguinte, porque a partir do momento que ele não foi executado em dois mil e treze e ele só for cancelado em dois mil e quinze, lá em dois mil e quinze aquele recurso que também não foi aplicado em dois mil e treze também vai ter que ser aplicado em dois mil e quinze, então em que momento essa prescrição e esses cancelamentos ocorrem, porque a comissão vai ter que fazer esse acompanhamento a partir de agora de todos esses restos a pagar inclusive talvez com a relação do saldo de resto a pagar e cada empenho que compõe esse resto a pagar para se saber o que aconteceu com esse empenho, se ele foi cancelado ou se ele foi prescrito, se a partir do momento em que ele foi cancelado ele integrou o percentual seguinte do exercício corrente, esse acompanhamento que a comissão também vai precisar fazer a partir de agora desses restos a pagar e o que vai acontecer com cada empenho no seu cancelamento ou na sua prescrição. **Maria Leonor (SESA)** em relação aos restos a pagar; cancelados pode-se ter duas situações, eles podem ser cancelados por uma

situação financeira ou então no caso é empenhado só que para liquidar ou pagar tem que atender alguns critérios legais e se algum desses critérios não é cumprido o empenho é cancelado; quanto à prescrição, existem leis que regem a questão da prescrição de resto a pagar, como determinado empenho ficou em aberto e não foi apresentada a nota fiscal necessária para que ele pudesse ser liquidado ou não houve a entrega do bem, então existe um período para que ele se prescreva e deixe de existir, quem poderia responder melhor é o Olavo mas de cabeça ela não lembra qual é a lei e ela pode verificar isso e na próxima reunião da comissão responder. **Elaine (SindSaude)** na verdade, na Comissão de Orçamento foi falado várias vezes que os conselheiros precisam estar muito atentos a essa questão orçamentária, porque está nesse momento se discutindo a LDO, a LDO é uma lei de diretrizes como o próprio nome fala, existem várias metodologias para fazer essa lei, só que historicamente no Estado do Paraná a LDO não é detalhada, existem municípios e outros Estados que a LDO já entra em alguns detalhamentos, não é o caso, utilizando um termo cultural, do legislativo e do executivo paranaense, portanto o que a Maria Leonor destacou é o que o precisa se atentar para a hora que for construir a LOA, os questionamentos como disse o Jeremias gerou muito em torno de garantir que o FUNDEB fosse incluído nos doze por cento como ela mesmo apontou que no ano anterior este Conselho aprovou que o FUNDEB estaria incluído nos doze por cento e na hora que chegou no Poder Executivo, na Casa Civil, foi para o Legislativo com um valor que diminuía, que excluía, o FUNDEB; então essa é a primeira questão que precisa ficar bem clara e é importante os conselheiros prestarem atenção nisso aí. A outra situação é que historicamente, e isso foi questionado no dia anterior na comissão com a Maria Leonor não na pessoa dela mas como representante da SESA, que era preciso garantir no projeto de lei que se nesse ano não houvesse aplicação dos doze por cento como historicamente acontece no Paraná no âmbito do orçamento da área da saúde, tivesse a previsão de que esse valor a menos fosse compensado no orçamento de dois mil e quinze, tanto que a comissão registrou na memória da reunião que no artigo onze, nos itens noventa e quatro e noventa e cinco, está disposto isso. Então esses dois itens são importantes, daí quando o Amaury levanta essa questão dos restos a pagar, ela vai ser uma aluna do Amaury que colou do material dele, da análise dele, confiando na análise dele de uma coisa muito importante, que é que se for comparar o que é liberado, o liquidado, o empenhado e o pago, há uma diferença de coisas que não foram pagas de novecentos e sessenta e um milhões e setecentos e quarenta mil reais, esse foi um levantamento que o Amaury fez e esse é um número que além de se acompanhar na LDO, no seu desdobramento em LOA, a Comissão de Orçamento e o Conselho precisa ficar atento a esse número, como é que o Estado vai proceder o pagamento desses novecentos milhões, considerando o que a Leonor falou, que um ou outra coisa seja excluída do pagamento porque não houve a nota fiscal ou não houve a prestação do serviço ou qualquer coisa assim. Ela pediu a palavra para dizer que lhes parece que na LDO, não precisa ter alteração desse Conselho, salvo melhor juízo se alguém quiser escrever algo mais para garantir mais coisa, mas se há o registro na ata e isso ela gostaria de deixar bem claro, gostaria de perguntar à Maria Leonor o entendimento do Governo e da SESA é esse, que se não houver o cumprimento dos doze por cento no ano de dois mil e quatorze, o artigo onze nos dispositivos noventa e quatro e noventa e cinco fica garantido que a diferença será compensada, além do artigo que foi lido da lei complementar um quatro um. E, restante é mais um registro para todo mundo saber que quando a Comissão de Orçamento falar demais nesse Conselho ou gastar muito tempo, não é gastando, não é jogando tempo fora, é porque eles tem que olhar a LDO do ano seguinte, a LOA do ano seguinte, a LOA deste ano e o cumprimento dela e os restos que ficaram sem pagar em dois mil e treze, tanto que a comissão vai depois propor um encaminhamento de que no relatório de gestão essa diferença seja mantido um quadro para que se possa fazer esse acompanhamento. **Maria Leonor (SESA)** conforme foi conversado no dia anterior, pela primeira vez a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Governo do Estado deixa bem clara,

inclusive registrado dentro da própria lei a questão da lei complementar federal cento e quarenta e um de dois mil e doze, uma vez que ela inseriu isso quando está se falando das despesas em ações de serviços públicos de saúde, ela tem que ser seguida e deverá ser cumprida, então se a Lei de Diretrizes Orçamentárias quando fala das despesas em ações de saúde ela se remete à lei complementar, se entende que ela está tratando do cumprimento dessa lei. **Jeremias (UEL)** desdobrando esse assunto, ele gostaria de pontuar dois outros assuntos, que um diz respeito ao resto a pagar, cancelamento eventual, mas também confirmando o que a Elaine apresentou, a comissão estranhou e questionou esse elevado montante de valor não pago em dois mil e treze, inclusive a Leonor disse que já o valor não é tão alto assim, uma parte talvez trezentos milhões já foi, então seria seiscentos, o que é muito elevado ainda de acordo com a avaliação da comissão. E, foi feito um encaminhamento que na avaliação dos relatórios quadrimestrais de dois mil e quatorze, que deve ser apresentado já, que deve ser mantido no relatório quadrimestral de gestão de dois mil e quatorze um quadro resumo da execução orçamentária financeira por fonte de recursos do exercício dois mil e treze, para poder acompanhar como vai se comportar e evoluir essa situação de restos a pagar. **Maria Leonor (SESA)** informa que no dia anterior, foi assumido esse compromisso com os conselheiros que dentro do relatório de prestação de contas quadrimestral apresentar o acompanhamento da execução dos restos a pagar de dois mil e treze. **Jeremias (UEL)** informa que outro encaminhamento foi com relação ao artigo vinte e cinco da lei complementar cento e quarenta e um que é quanto ao saldo não aplicado em dois mil e treze, que dá em torno de quatrocentos e quatorze milhões e que foi acabado de falar nesse montante; já foi esclarecido que a proposta orçamentária de suplementação orçamentária para incorporar em dois mil e quatorze já está em andamento, então a comissão encaminhou para que esta proposta seja submetida ao Conselho. **Antonio Neto (FEMIPA)** coloca em regime de votação o parecer da Comissão de Orçamento que é pela aprovação seguindo as recomendações da Comissão e, é aprovado o projeto de lei de diretrizes orçamentárias com os encaminhamentos da Comissão de Orçamento aprovado nesse pleno. É passado então para o terceiro assunto, quinta Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do Paraná – Marcelo Montanha. Ele pede permissão para a comissão organizadora para colocar em apreciação uma situação que querem fazer no mês de junho junto com a Conferência; a Mesa Diretora avaliando o calendário do Conselho do mês de maio e do mês de junho tem uma proposta a ser feita para os conselheiros. No calendário do mês de junho, há a reunião ordinária no dia trinta de junho, sem comissões, só a reunião ordinária e para que se mantenha a regra legal de se ter uma reunião mensal do Conselho, todos sabem que vai ser num período no meio de Copa, há comentários de que no mês da Copa as passagens aéreas vão receber um aumento significativo; a Mesa Diretora discutiu e tem uma proposta para fazer a esse pleno. Como a regra é ter reunião mensal, a Mesa quer propor que no mês de junho não seja feita a reunião do dia trinta, mas para respeitar a lei, no dia seis de junho que é o primeiro dia da Conferência de Saúde do Trabalhador, no período da manhã e nesse local seja feita reunião ordinária de junho, então não se foge à regra de ter reuniões mensais e nessa reunião do mês de junho já uma das pautas seria todos aqueles pequenos detalhes que sempre tem que definir da Conferência, sempre tem alguma coisa que foge daquilo que é esperado e é reunido o Conselho, sabe-se que toda Conferência o Conselho está automaticamente convocado, quer dizer ele está pronto para uma reunião ser convocada a qualquer momento para definir alguma coisa que precisa ser definida, então ele queria por em apreciação desse pleno que a reunião de junho fosse mudada a data do dia trinta de junho para o dia seis de junho, no período da manhã no hotel e quando for encaminhada a pauta de maio, já ira junto a pauta de junho. A Mesa vai fazer uma reunião para definir a pauta das duas reuniões e as pautas serão encaminhadas juntas para todos os conselheiros. Em processo de votação, é aprovada a alteração de calendário. **Nilson (Sindifar)** da comissão organizadora da Conferência informa que Mauricio entrará em contato para confirmar os

convidados, uma vez que foram enviados os ofícios mas até o momento não teve nenhuma resposta se vão estar presentes ou não na Conferência e em relação a isso. Já aconteceram as etapas Macro Norte dois em Apucarana, a Macro Noroeste dois em Cianorte, a Macro Campos Gerais na qual ele esteve presente com a Malu em Irati, também teve a Macro Oeste em Cascavel e agora nesse sábado acontecerá a Macro em Francisco Beltrão, dia seis de maio será a Macro Noroeste um em Maringá, dia oito Macro Norte um em Londrina e dia dez de maio a Macro em Curitiba. Ele lembra os conselheiros que tem que participar das macros para poderem participar da Conferência Estadual. Nilson relata um problema que houve em Irati com as inscrições de uma Regional, de trabalhador inscrito como usuário e inclusive representando o prefeito da cidade, na inscrição estava escrito o nome do delegado e embaixo Prefeitura Municipal da cidade, não sabe se o Conselho, até para analisar melhor isso, muita gente não sabe que entidade representa ou se está representando alguma coisa, talvez sentar com a Comissão de Acesso ao SUS ou uma outra comissão para fazer uma orientação sobre isso, o que é trabalhador de saúde, o que é usuário, muita gente ainda tem dificuldade nisso nas cidades. **Antonio Neto (FEMIPA)** isso serve de alerta porque no ano que vem tem Conferência Estadual de Saúde e tem que ser pensado em alguma coisa para orientação para as inscrições ano que vem, porque tem muita gente que se inscreve como prefeitura e aí na hora de fazer o credenciamento fica muito difícil para a comissão de credenciamento depois discutir isso aí. **Rosalina (ASSEMPA)** em relação ao que o Nilson colocou sobre a inscrição, há um pedido de levantamento dos conselhos e acompanhando em outras conferências, outras discussões que tem sido feitas a questão de identificação por entidade das pessoas, de muitas vezes eles se inscreverem e às vezes fala que é usuário do SUS, usuário todo mundo é, mas ele precisa ter uma entidade que apresenta para os conselhos e tem as vezes que a pessoa é trabalhador e em outros locais são gestores e que está no conselho representando os usuários, na discussão que se teve com os presidentes de conselhos e o Dr. Marco Antonio Teixeira colocou, até ele orientou para que fosse feito mais rápido esse levantamento para que pudesse encaminhar isso como uma ação do Conselho Estadual, porque não é só o problema das Conferências, é a questão da paridade na discussão do dia-a-dia. Então, ela acha que junto com esse curso de capacitação que o Conselho está fazendo, poderia encaminhar também um documento para poder acompanhar essa questão da representatividade de verdade dos conselheiros. **Malu (ASSEMPA)** quando o Nilson colocou a situação com a qual eles se depararam em Irati, é lamentável, se não fosse uma bate-papo aleatório que tiveram com pessoas que estavam hospedadas no mesmo hotel que eles, teria sido levado do segmento de usuário umas cinco, seis vagas com trabalhadores da área da saúde. **Elaine (SindSaude)** quando o Nilson fala da dificuldade de inscrição por segmento, quando a Malu fala disso também, na verdade ela entende que essa é uma situação que este Conselho vive nesses vinte anos e que isso nunca foi superado e o problema na sua opinião não é da pessoa ir de má fé, vai de falta de conhecimento, anteriormente isso já aconteceu de gestor ocupar a vaga de trabalhador, de trabalhador ocupar a vaga de usuário e assim por diante, isso não é do Paraná, tem que se lembrar sempre o que o Ministério Público diz, que o controle social é uma experiência inusitada e o inusitado tem muitas pedras pelo caminho, o que ela entende é que o Conselho poderia aproveitar o episódio porque deixar para o ano que vem acaba se esquecendo, então poderia ter um documento para ser entregue na hora da inscrição ou em algum momento da Conferência na hora dos grupos e que o coordenador ou o relator fizesse esse destaque preventivo para a Conferência do ano que vem, ela não sabe qual é a proposta melhor, se é fazer um momento na hora da fala do Presidente do Conselho, na hora da fala de abertura de destacar esse problema e junto ter na pasta esse documento já orientando essa questão, porque se só colocar o documento na pasta tem um monte de gente que não lê, então se for falado em algum momento seja no grupo ou na abertura ou repetir durante algumas vezes na plenária final, mas com o documento, pode ser o início da semente, porque ela entende

que o que foi resolvido em Irati foi resolvido em Irati, mas pode ter acontecido e passado despercebido em outros locais e ela quer lembrar ainda que na capital coisa de três ou quatro anos atrás para tirar gestor da vaga de trabalhador saúde tinha que fazer brigas homéricas, isso não é Curitiba, quantos conselhos ainda não tem a paridade correta? Então para que não haja brigas, porque ela entende que a briga é necessária e justa, mas que também se proponha um encaminhamento que busque a solução disso, ela acha que a comissão organizadora e esse pleno deveria pensar num documento sucinto sobre o assunto já preparando para a Conferência Estadual e num momento dentro da Conferência que se aborde o assunto, sem muitos minutos mas que se destaque o problema. **Rosita (FEMIPA)** na verdade no sentido de contribuir, haverá a Plenária de Conselhos e ela acha que esse é um momento perfeito para se começar a fazer esse trabalho, ela é da comissão organizadora da Plenária e acha que poderiam produzir um documento com a Mesa ou com a Comissão de Comunicação e começar a fazer esse trabalho, ela acha que a sugestão da Elaine é pertinente e uma coisa muito interessante é que se encontra muita inscrição de trabalhador inscrito como prestador, a pessoa trabalha em determinado hospital e se inscreve como prestador com o nome do hospital, então a dificuldade é grande, vários segmentos se confundem e ela acha importante fazer esse esclarecimento. **Amaury (DEFIPAR)** já que foi citado uma preparação para a Conferência, tem que ser feito esse trabalho com antecedência e pensando mais aprofundado, essa discussão de usuário e trabalhador é só no segmento, mas na Conferência passada já foi observado que se teve problemas no sub-segmento. Quando ia reunir o sub-segmento de pessoas com deficiência, se reunia lá pessoas com deficiência e perguntava por qual sub-segmento a pessoa estava e ia votar e a pessoa falava que era usuário, mas isso é segmento, ele não tem noção de onde vai se encaixar no seu sub-segmento na hora da eleição do Conselho, então é um trabalho mais aprofundado ainda e com antecedência, porque se chegar na hora da Conferência e as inscrições já estão feitas, porque aí se inscreve no sub-segmento também, aí vai ficar aquela mesma confusão que aconteceu na Conferência passada vai acontecer de novo. **Antonio Neto (FEMIPA)** são várias situações como pôde ser visto, tem a questão de um segmento usar o segmento do outro, até por questão óbvia, o usuário tem cinquenta por cento e brigar lá dentro é muito mais fácil que brigar num segmento pequeno, brigar no segmento dos prestadores também é um bom lugar porque muitas vezes não tem tantos prestadores então é um lugar que geralmente sobra uma vaga, tem a imagem que é mais fácil mas acaba não sendo. E, tem o que se aproveita da falta de consistência da documentação, tem o que sem querer mesmo entra na Conferência e não sabe qual é a sua entidade e na hora de preencher o formulário coloca qualquer coisa, a maioria coloca Secretaria Municipal de Saúde e não fala que categoria ele é, quando ele chega que escolher em qual sala vai entrar e daí dá o problema no sub-segmento porque na hora de fazer a inscrição ele não se preocupou e não sabe preencher, tem maldade e tem sem maldade, ele não sabe preencher e daí preenche errado, a consequência é na hora de achar o sub-segmento e ele não se acha mais, o intuito dele é participar de uma Conferência e a gente está punindo ele até de participar como um todo porque não foi orientado de como se inscrever. Então tem todos esses dados que tem que ser preparados, ele acha que esse ano ainda tem que preparar para o ano que vem, três coisas tem que sair esse ano para o ano que vem: essas instruções, o local do evento já tem que começar a pensar agora e a data, pressionar o Conselho Nacional pela data do ano que vem para o Conselho Estadual já organizar a data e a terceira coisa é o cadastramento de entidades, não se pode também deixar para as últimas horas e ficar avaliando a entidade, para as entidades já prepararem os documentos e já saberem como que é. Ele acha que a idéia da Conferência de Saúde do Trabalhador é boa, a idéia de falar isso no Seminário dos vinte anos também é possível, mas a Plenária é o momento, porque a Plenária de Conselhos é para por as situações que envolvem conselhos e que ainda não se firmaram, é um histórico isso, há vinte anos tem Conselho e há vinte anos tem esses problemas de inscrição em Conferências, em todas, as

Estaduais e as Temáticas, bem como as municipais que é muito pior que a Estadual porque nas municipais não existem entidades, metade das pessoas que estão numa Conferência ou mais não tem entidade nenhuma, elas são autorepresentativas e depois vão disputar vaga sem entidade. Além desses fatos, a Comissão de Educação Permanente poderia estudar um projeto num tempo recorde do que dá para se fazer além de usar os eventos do CES/PR, ter alguma coisa para ir educando e orientando os futuros conferencistas para se fazer uma Conferência mais representativa e organizada. Antonio Neto passa então para o próximo assunto, Seminário de Comunicação para o Fortalecimento da Política do SUS. **Rosalina (ASSEMPA)** da Comissão de Comunicação, informa que o Seminário e o evento do aniversário dos vinte anos do Conselho, que vai ser realizado dia vinte e sete o evento do aniversário e dia vinte e oito o Seminário de Comunicação para o Fortalecimento do SUS, já tem os palestrantes confirmados; o local deliberado comporta quatrocentos e trinta pessoas, então foi dada uma vaga para cada conselho municipal de saúde para participar do evento e tem os convidados e os conselheiros estaduais. Foi mandado fazer nove banners com fotos da história do Conselho, vai ser lançada a nova logo do Conselho que já foi aprovada pela plenária e vai ser feita homenagem aos ex-presidentes do Conselho, os ex-Secretários de Saúde e os ex-Secretários Executivos do Conselho, contemplando todos os atores que foram muito importantes nesse processo, porque no dia-a-dia ele não executa só com a Mesa Diretora ou só com o Presidente, mas a Secretaria Executiva do Conselho faz tudo para os eventos acontecerem, não foi deixada de fora. Na reunião da Comissão de Comunicação foi conversado e como são dois eventos em seguida, o Seminário de Comunicação e na semana seguinte a Conferência de Saúde do Trabalhador, então as pessoas muitas vezes são as mesmas e para virem esses conselheiros para participarem do evento são os municípios que bancam a viagem, a hospedagem e alimentação são por conta do Conselho, só a passagem de vinda fica por conta dos municípios, então na discussão da comissão houve dois encaminhamentos, um que fosse passado para a Mesa Diretora solicitar o apoio dos consórcios para ajudar os municípios para trazer os conselheiros para esse evento, que para aqueles municípios que não pudessem disponibilizar a passagem, para verificar se através do consórcio ou da regional para transportar esses conselheiros, esse foi um dos encaminhamentos deliberados. Outro assunto que foi colocado pelo COSEMS, para esses municípios onde está acontecendo o curso de capacitação de conselheiro, dia vinte e oito preenchidas as vagas e se sobrar mais vagas distribuir as vagas para esses municípios onde está fazendo o curso de capacitação de conselheiro para dar oportunidade para esses conselheiros que estão fazendo o curso virem para esse Seminário, que sem dúvida nenhuma é um Seminário de capacitação de metodologia diferente de participação da sociedade através da internet, que até hoje está sendo discutida essa questão do papel de como pode usar essas ferramentas hoje que são dispostas para a comunidade, que todos tem acesso ao computador, o celular hoje virou uma ferramenta de comunicação imediato, então que se pudesse também como está no curso a questão do PID para os conselheiros terem essa visão de ferramenta, que fosse dada essa oportunidade para essas cinco regionais onde está sendo dado o curso. **Elaine (SindSaude)** diz que não está para destruir nada, mas tem que dar sua opinião sincera, ela acha o Seminário importante, acha a comemoração importante, só que vão ser homenageados Secretários que nunca cumpriram a emenda constitucional vinte e nove, então que as Secretárias Executivas sejam homenageadas e que os Presidentes do Conselho sejam homenageados e que haja banners sobre isso ela concorda, mas quem do Conselho vai dizer então que os Secretários ali presentes estão homenageados apesar desse não cumprimento do que é lei, ela não quer o nome dela nisso, ela não quer o nome do SindSaude sendo colocado que está homenageando, ela não está falando da pessoa Secretário de Saúde seja ele quem for, ela acha uma pena que não teve mulheres Secretárias de Saúde, mas ela quer fazer essa reflexão também, porque se está se falando que a política do Sistema Único de Saúde no Paraná tem as suas deficiências por

dificuldades de gestão, por inoperância, por falta de prioridade, mas tem a questão financiamento, a questão financiamento era lei desde os anos dois mil e aí como é que se vai homenagear quem descumpriu a lei? O SindSaude concorda com a atividade do Seminário, concorda que a questão da comunicação para o controle social precisa desse momento de debate, mas não concordam em homenagear gestores públicos que descumpriram a lei, é a mesma coisa que ela viesse propor que algum desses corruptos que estão nas CPIs sejam homenageados pelo Conselho, todos os conselheiros poderiam trucidar ela e deveriam, agora para ela é a mesma coisa, não cumprir a lei do Sistema Único de Saúde, uma lei que este Conselho tantas vezes bancou vigílias na Assembléia Legislativa, acompanhamento da LDO e da Lei Orçamentária Anual por conta desse descumprimento e agora essa pessoas vão ser homenageadas. Outra questão, ela acha que votasse no encaminhamento anterior da Conferência de Saúde do Trabalhador, será que não era momento ainda de em algum momento do Seminário falar o que é segmento e sub-segmento para o controle social era mais um momento de se aproveitar para isso. **Rosalina (ASSEMPA)** em relação ao aniversário do Conselho e homenagem aos Secretários, há Secretários que são antes da lei, que o Conselho começou em noventa e um e, o que ela gostaria de colocar é que tudo já tinha sido aprovado antes na plenária, porque até para a Secretaria Executiva tomar algum encaminhamento já era passado antes na plenária, a plenária aprovou tudo que foi encaminhado até hoje. **Maurício (Secretaria Executiva –CES/PR)** reiterando quanto ao local do evento, o evento será feito na Federação Espírita do Paraná – FEP, na Alameda Cabral número trezentos no centro de Curitiba e mais informações encontram-se dentro do site do CES/PR. **Antonio Neto (FEMIPA)** passa para o próximo assunto, sexta Plenária Estadual de Conselhos. **Amauri (ANEPS)** informa que a comissão organizadora se reuniu pela primeira vez e avançou no sentido de como já estava sendo trazido nessa proposta de homenagem a conselheiros que já não estão mais conosco nesse planeta, a proposta da comissão é que essa Plenária seja intitulada Euclides Gonçalves, ou seja, sexta Plenária Estadual de Conselhos do Estado do Paraná Conselheiro Euclides Gonçalves. Amauri faz a leitura do regulamento do evento. Após debates, sugestões e alterações no regulamento, **Antonio Neto (FEMIPA)** coloca em regime de votação e o regulamento é aprovado. Antonio Neto informa que já tem uma inscrita para a Plenária Nacional em Brasília, mas gostaria de dar algumas informações, primeiro depois o Mauricio vai dizer algumas situações que estão sendo vividas atualmente no Estado e ele vai dizer outra coisa, só para alertar os conselheiros dia vinte e sete e vinte e oito de maio de dois mil é quatorze é exatamente a data de comemoração dos vinte anos do controle social do Estado do Paraná, para ele prioridade máxima e sem dúvida é o evento do CES/PR, Paraná em primeiro lugar e depois se vê o resto. **Mauricio (Secretaria Executiva – CES/PR)** informa que sobre a Plenária Nacional, o Conselho Nacional não vai custear a ida de nenhum conselheiro e desde o início isso estava muito bem determinado por parte do Conselho Nacional no sentido de que todas as despesas oriundas da ida e do retorno desse conselheiro, seja ele municipal ou estadual, compete ao conselho de origem. De parte do Conselho Estadual, não há como pagar hospedagem para qualquer conselheiro em Brasília ou qualquer conselheiro fora do Estado do Paraná, não há como comprovar dentro das contas do Conselho, não há previsão para esse tipo de despesa, então lamentavelmente foi informado à Mesa Diretora dessa situação, alguns outros conselheiros também questionaram essa condição e ele só tem a informar que não tem como encaminhar qualquer conselheiro. No ano anterior houve o Movimento Saúde Mais Dez ao qual vários outros conselheiros iam até Brasília e nessa situação, o Conselho pagava a passagem aérea para esse conselheiro e às vezes quando havia condição também se pagava a alimentação e, ele era obrigado lamentavelmente a voltar no mesmo dia. Então era até um transtorno por parte do conselheiro viajar de madrugada, participar por duas horas do evento e depois retornar. E, nessa condição é pior ainda porque são dois dias e não há como comprovar perante a contabilidade da SESA essa condição da hospedagem, quanto a

compra da passagem ainda é possível, mas a hospedagem infelizmente não. **Antonio Neto (FEMIPA)** informa que podem questionar como é que se vai para Conferência Nacional, mas daí tem tempo, abre-se licitação para hotel em Brasília, tem trâmites a serem feitos. Ele diz que foi conversado com a Mesa e com o Maurício e que vai ser estudado uma maneira para quando aparecer uma necessidade, pode não ser essa oportunidade mas uma outra necessidade de ter um conselheiro em Brasília e que valha a pena ter, então vai ser estudado uma forma junto ao Estado de poder mandar conselheiros em um outro momento não só para Brasília como também para outro Estado para acompanhar algum outro ripo de movimento ou para alguma coisa importante. Vale também ressaltar que o Estado do Paraná vai fazer sua Plenária, mas vai arcar com as despesas dos participantes ao contrário do Nacional que vai fazer sua Plenária mas não vai arcar com despesas, então seria fácil fazer se fosse fazer a Estadual sem despesa nenhuma, poderia fazer uma por ano tranqüilamente, mas sabe-se que seria muito pequena a participação do conselhos municipais onde eles teriam que arcar com todas as despesas, sabe-se que o que estimula o pessoal a participar dos eventos do Conselho Estadual é que tem as despesas pagas pelo Conselho obviamente do orçamento do Estado. Então o Nacional fazendo isso ele crê que são poucos os municípios que terão condições de enviar pessoas. Antonio Neto agora pede a palavra como conselheiro e não como presidente e diz que ficará muito triste se alguém deixar uma comemoração do CES/PR para ir a uma Plenária do Conselho Nacional de Saúde. **Jiovany (CMP)** diz que até poderia participar da Plenária Nacional através do seu conselho municipal, mas não vai deixar de prestigiar o evento do CES/PR para ir para Brasília. **Antonio Neto (FEMIPA)** sugere por em votação e se a maioria quiser tirar os nomes, vai ser tirado os nomes e depois será visto o que fazer. **Marcos (Fórum ONG Aids)** só para lembrar, querendo ou não o Livaldo é conselheiro nacional e estará lá, pelo sim pelo não a Palmira estará lá, o Paraná vai estar representado, vale muito mais a pena a gente cuidar da nossa casa e deixar a casa do vizinho para outra situação, na sua opinião. **Terezinha Lima (IBDa)** gostaria de encaminhar que fosse verificado se tem alguém que está querendo, está disponível a ir na Plenária Nacional. Se tem alguém querendo ir, ela acha que vale a pena ver se vai alguém ou não e daí mandar para o Secretário e daí ele viabilizar isso, porque ela fica preocupada “a nossa casa”, a “nossa casa”, só que faz algum tempo que se reclama que não tem informação nenhuma da Plenária Nacional. Então tem que ver se tem alguém querendo ir primeiro antes de mandar para uma votação. **Antonio Neto (FEMIPA)** diz que então fará isso e questiona ao pleno se há algum conselheiro que quer ir para a Plenária Nacional de Conselhos e somente a conselheira Terezinha Lima se prontifica e, ele diz que será verificado junto ao gestor a possibilidade de mandar ela para participar representando o Conselho Estadual na Plenária de Conselho Nacional. É passado então para o próximo assunto: Comissões. **Rosalina (ASSEMPA)** da Comissão de Educação Permanente informa que na reunião no dia anterior houve a participação dos apoiadores das cinco regionais onde está sendo desenvolvido o curso de capacitação de conselheiro e alguns facilitadores e alunos também que estão participando do curso, fazendo avaliação do curso, na questão da satisfação dos alunos está sendo muito bom e ficaram para retomar com o novo edital, garantindo aquilo que deu certo e algumas coisas que não deram certo durante o curso serão mudadas para o próximo edital, isso foi um dos encaminhamentos tirados na comissão. **Antonio Neto (FEMIPA)** informa que hoje ele e a Rosalina conversaram com Marcio Almeida da INESCO – Instituto de Estudos em Saúde Coletiva e no mês de agosto terá o segundo Congresso Paranaense de Saúde Pública e primeira Mostra Paranaense dos Projetos de Pesquisa Apoiados pelo PPSUS e ele solicitou o apoio do Conselho no sentido de ser um órgão apoiador do evento; como é um evento de saúde pública de uma instituição como o INESCO que está ressurgindo, que é uma instituição que já fez trabalhos relevantes no Paraná e ele gostaria de por em apreciação da plenária a participação do Conselho Estadual de Saúde no segundo Congresso Paranaense de Saúde Pública. Como ainda vão participar do desenvolvimento, ainda não possuem muita

informação para passar para os conselheiros; o primeiro pedido é para que o Conselho faça parte do Congresso e depois será trazido mais informações. Antonio Neto questiona se há algum conselheiro contrário à participação do Conselho Estadual no segundo Congresso Paranaense de Saúde Pública e nenhum conselheiro é contrário. **Rosalina (ASSEMPA)** da Comissão da Saúde da Mulher, assim como as outras comissões recebeu o ofício do Ministério Público sobre a avaliação do relatório de gestão de dois mil e doze e a comissão remeteu para a Mesa encaminhar para a SESA, porque são vários pontos que eles estão pedindo e na Comissão de Saúde da Mulher sobre a diretriz um, que é a questão da Rede Mãe Paranaense, tem vários itens dessa comissão que tinha que ser respondido para o Ministério Público, a comissão pediu trinta dias de prazo para que a SESA tome ciência e passe para a comissão certinho, olhando no ofício sabe-se que tem coisas que foram cumpridas, mas a comissão não tem como saber se a SESA tinha recebido esse ofício, então a comissão deixou para ser analisado e encaminhado a resposta da comissão ao Ministério Público na reunião do mês de maio. E, também foi solicitado que a reunião da comissão da Saúde da Mulher do mês de maio seja de manhã pela solicitação pela desembargadora Dra. Denise do CEVID que faz um trabalho no Estado do Paraná sobre a questão da violência da mulher nas medidas protetivas que ela precisa apresentar para a comissão da Saúde da Mulher, mas ela não tem condição de apresentar à tarde por causa das audiências, então ela vem solicitando faz tempo essa reunião, mas tem que ser de manhã, então no dia anterior ela estava na reunião da comissão e foi combinado que a reunião de maio da comissão da Saúde da Mulher seja de manhã e a Secretaria Executiva encaminhe o ofício para ela informando que a reunião está com pauta exclusiva para ela apresentar o que ela tinha solicitado para a comissão e convidar as entidades do Paraná que desenvolvem trabalho com mulher que venham participar dessa reunião para que se faça esse debate. Outro ponto de pauta que foi discutido na comissão de Saúde da Mulher, pedido pela plenária, pela conselheira Wanderly, que era sobre a questão do aborto legal, que ela tinha solicitado como estava essa discussão em Curitiba, na época ela colocou sobre o Hospital Evangélico, mas o Hospital Evangélico como é um hospital religioso não trabalha mesmo com isso, então foi chamado o HC e na reunião da comissão teve um médico do HC que apresentou todo o programa e como é feito a questão do aborto, sobre a violência da mulher, sobre a violência de sexo que trouxe um esclarecimento muito bom. **Antonio Neto (FEMIPA)** com relação ao documento do Ministério Público, várias comissões tiveram essa pauta, ele diz que ao passar pela reunião da Comissão de Saúde Mental ele deu uma idéia que talvez poderia ser passada para todas as comissões. O Ministério Público pede para saber como foi desenvolvida a questão das ressalvas da RAG dois mil e doze, ele solicitou à comissão de Saúde Mental mas como a comissão de Saúde da Mulher falou antes, para generalizar, primeiro será solicitado ao Ministério Público um prazo de mais trinta dias pelo menos para dar tempo da próxima reunião das comissões, até lá terá a RAG dois mil e treze e a resolução pronta, que no momento está em degravação de fita para não ter nenhum equívoco naquilo que foi falado e naquilo que foi definido como ressalvas das comissões, então não é uma resolução fácil de ser feita, porque teve várias ressalvas. A idéia é que na próxima reunião de comissões, todas as comissões que tem que discutir essas ressalvas, vão estar presentes a RAG dois mil e doze, a RAG dois mil e treze e vai ser enviado ofício ao Estado para que nas ressalvas de dois mil e doze o que aconteceu, como que o Estado desenvolveu, se são ressalvas, são recomendações do Conselho, como se procedeu, como o Estado fez com isso e eles retornarem essa resposta para o Conselho com tempo hábil para ser mandado para as comissões. Então, todas as comissões que tem esse caráter a ser discutido, a ideia seria essa, solicitar o prazo para o Ministério Público, encaminhar o ofício para a Secretaria de Estado da Saúde e com esses três instrumentos, RAG dois mil e doze, RAG dois mil e treze e o documento da SESA, as comissões poderão analisar as ressalvas de dois mil e doze. **Jeremias (UEL)** gostaria de dizer duas coisas, primeiro a Comissão de Orçamento analisou e propôs um encaminhamento que confere

com aquilo que foi acabado de ser colocado, que é solicitar um prazo para o Ministério Público, encaminhar para a SESA para análise e manifestação a respeito daquelas ressalvas e recomendações e a partir de então para a comissão se manifestar. Jeremias informa que o que se observou na comissão é que uma ressalva importante, a mais importante delas, a ressalva de que o Estado do Paraná não aplicou o percentual mínimo exigido para a saúde do orçamento não constou da resolução, só para lembrar, a mais importante e não se fez constar nessa resolução. **Antonio Neto (FEMIPA)** diz que o importante é que fez sinalizar para o Conselho o sinal de alerta para repensar quando for fazer um documento, não esquecer o documento anterior. **Marcos (Fórum ONG Aids)** da Comissão de DST/Aids informa que o Amauri passa a ser o coordenador da comissão e continua como relator. No final do ano anterior, foi feito uma solicitação para que a partir de março, as ONGs que fazem parte do Fórum Paranaense de ONG Aids fossem convidadas pela comissão para participarem da reunião e já passou alguns meses e gostaria de encaminhar para que na reunião de maio fosse conseguido trazer parte do pessoal, principalmente do interior, que as ONGs fossem comunicadas e depois passaria para a Secretaria Executiva os contatos, pois gostaria que todos estivessem presentes pois precisam resolver a questão da primeira reunião do Fórum Paranaense de ONG Aids que ainda não aconteceu esse ano e gostariam de fazer isso dentro da comissão. **Jeremias (UEL)** da Comissão de Orçamento informa que os encaminhamentos que a comissão gostaria de fazer já foram inseridos na ocasião da Lei de Diretrizes Orçamentárias e também agora quando foi discutido esse ofício do Ministério Público. **Jeremias lê minuta de resolução relativa à Lei de Diretrizes Orçamentárias que a comissão fez: o Conselho Estadual de Saúde do Paraná, regulamentado pelo disposto no inciso terceiro do artigo um meia nove da Constituição Estadual e artigo primeiro da Lei Federal oito mil cento e quarenta e dois de vinte e oito de dezembro de mil novecentos e noventa, pela Lei Estadual dez mil novecentos e treze de outubro de mil novecentos e noventa e quatro, no uso de sua competência regimental, reunido na ducentésima oitava reunião ordinária, no dia vinte e quatro de abril de dois mil e quatorze, considerando que a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias dois mil e quinze contempla a inclusão do FUNDEB na base de cálculo do percentual mínimo de doze por cento para ações e serviços de saúde dando cumprimento ao disposto no artigo vinte e nove da lei complementar cento e quarenta e um de dois mil e doze, considerando que a proposta de LDO dois mil e quinze garante que o eventual não cumprimento do percentual mínimo de doze por cento para a saúde no orçamento de dois mil e quatorze tenha a diferença deixado de ser aplicado inclusa no orçamento dois mil e quinze conforme descrito no artigo onze, modalidade noventa e cinco e noventa e seis da referida proposta, considerando que a LDO garante que as ações e serviços em saúde são aquilo estabelecido pela lei complementar cento e quarenta e um de dois mil e doze, resolve aprovar a proposta de LDO dois mil e quinze na forma apresentada. Manoel (SINDNAP)** coloca em votação a resolução apresentada pela Comissão de Orçamento e a resolução é aprovada. **João Maria (IBDa)** da Comissão de Saúde Mental, informa que a comissão não tem nada a deliberar, só gostaria de informar que a coordenação da comissão foi trocada e agora ele é o coordenador, a Rejane de adjunta e a Anna Cristina do CREFITO como relatora. **Ely (HU-UEM)** da Comissão de Acesso ao SUS, informa que sobre o ofício do Ministério Público, fizeram a análise de treze ressalvas comparando o RAG dois mil e doze e dois mil e treze, a primeira discussão era de que realmente enviasse para a SESA para resposta, no entanto acharam que como comissão eles também tem responsabilidade de avaliar se realmente foram atingidas ou não aquelas ressalvas. A Dra.Denise que era relatora, possivelmente já não venha nas outras reuniões por sua substituição na UEL, que é a nova eleição e provavelmente eles indicarão novas pessoas e ela, Ely, está mudando de comissão por solicitação de seu prestador e está indo para a Comissão de Orçamento e foi eleito no lugar da Zuleide, pois a Zuleide está com problemas de compromisso de

capacitação em seu município e as reuniões de capacitação coincidem com as reuniões do CES/PR, então provavelmente ela estará ausente em algumas reuniões, então no lugar da Ely e da Zuleide, foi colocado provisoriamente a Sonia do CREFITO e a Adriana Bergamo que é uma pessoa que está convidada e está participando da reunião de Acesso e ela se prontificou para ajudar no relatório. **Antonio Neto (FEMIPA)** passa para o próximo assunto, Informes. **Cleide (FUNSAUDE)** informa que será realizado um seminário de influenza no dia quatorze de maio no teatro da Federação Espírita, no ano anterior foi bem interessante porque teve alguns conselheiros participantes e gostariam da participação dos conselheiros de novo, inclusive se a Mesa puder participar na mesa de abertura, no ano anterior o Manoel participou da mesa de abertura e foi uma grande honra, então todos estão convidados; será o dia todo das oito e trinta às dezoito horas na Federação Espírita na Alameda Cabral. Uma outra questão de informe é com relação à cobertura da vacina HPV, como é o início da rotina dessas vacinas, que é para meninas acima dos nove anos, e já foi atingido quase setenta por cento da cobertura que se espera atingir até outubro. A campanha da influenza, que foi começada no dia vinte e dois, teve uma dificuldade de logística, o Ministério da Saúde encaminhou os lotes da vacina no dia dezesseis no final da tarde e dia dezesseis foi quarta-feira e véspera de feriado e, foi feita uma operação conjunta com todo mundo tentando amenizar a dificuldade, foi feita a entrega da vacina em todas as regionais até quinta-feira no final da tarde; algumas regionais conseguiram fazer com que os municípios estivessem lá de prontidão e trabalhassem no feriado para poderem organizar essa distribuição de vacina e felizmente dos trezentos e noventa e nove municípios, na terça-feira, ou seja, no primeiro dia útil queria-se começar a vacina com duzentos e quarenta e uma cidades iniciando a campanha já no início da manhã e já no final da tarde já tinha um quantitativo maior de município que tinham começado e só para o dia vinte e três, com um dia de atraso, trinta e oito municípios, então os municípios correram muito para iniciar a campanha na data preconizada, normalmente se recebe esse insumo com quinze dias de antecedência da campanha e dessa vez foi recebido com um dia útil com antecedência da campanha. E, nesses dois dias, foram vacinados quase oitenta e cinco mil pessoas, a meta é dois milhões e oitocentas, então foi vacinado quatro ponto seis por cento da cobertura, não está muito boa, lembrando que vai ter campanha por quinze dias úteis e em dois dias foi vacinado quatro ponto seis por cento. Cleide solicita ajuda dos conselheiros na divulgação dos grupos prioritários da campanha de vacinação, lembrando que este ano conseguiu-se ampliar a faixa de seis meses de idade até quatro anos onze meses e vinte e nove dias, essa ampliação significa quatrocentos e trinta mil crianças a mais no Paraná, então se tem uma expectativa maior de conseguir vacinar, porque a cada ano está justificando o aumento das faixas etárias, então tem a obrigação de atingir a meta senão não consegue justificar essas metas que tem pedindo tanto. **Mãe Omin (Rede de Mulheres Negras)** informa a todos os conselheiros que nos dias dezesseis, dezessete e dezoito de maio acontecerá p primeiro Encontro Estadual de Mulheres de Axé do Paraná, a discussão é a prevenção das DSTs, HIV e Aids nas comunidades vulneráveis, esse evento é fruto de uma discussão da Rede de Mulheres Negras Paraná que foi realizado no norte do Paraná, o Ylê Axe Opo Omin realizou seis eventos da Rede de Mulheres Negras Paraná e cinco eventos da Renafro ao qual o Ylê Axe Opo Omin é núcleo da Renafro – Rede Nacional de Religiões e Matrizes Africanas e Saúde e no ano anterior, em setembro, em um evento da Renafro teve essa conquista no evento Mulheres de Axé, esse encontro que o Departamento Estadual de Aids da SESA está propondo, então as hospedagens, alimentação e traslado são as regionais que estão pagando através do dinheiro desse departamento e o evento será em Curitiba no Hotel Centro Europeu. **Gildo (UGT)** informa que não esteve presente na última reunião do Conselho pois estava no segundo Congresso Nacional de Diversidade e Direitos Humanos da UGT, no qual ele é secretário estadual de diversidade da UGT Paraná. **Manoel (SINDNAP)** informa que no dia mundial da saúde o SINDNAP fez uma ação a nível do Estado do Paraná, o Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos da Força

Sindical do Paraná promoveu no dia cinco de abril de dois mil e quatorze, das nove às treze horas, no calçadão de Londrina em frente à agência do Banco do Brasil uma ação comemorativa ao dia mundial da saúde, tradicionalmente essa data é lembrada no dia sete de abril mas foi lembrada estrategicamente, segundo o presidente Antonio Dias Lobato essa ação em defesa da saúde pública contou com a parceira da empresa Acesso Saúde que disponibilizou profissionais da sua clínica popular e apoio da Secretaria Municipal de Londrina através do setor de endemias houve a prevenção, na oportunidade foi oferecido à população um total de duzentos e oitenta e seis aferições de pressão arterial, cento e noventa e sete testes rápidos de glicemia ou HGT, também foram prestados duzentos e cinquenta e dois esclarecimentos sobre saúde e endemias e houve a distribuição de novecentos e oitenta e seis informativos oferecidos pela Secretaria Estadual da Saúde – SESA referente à prevenção de câncer de mama, câncer do colo de útero, hanseníase, tuberculose, hepatite, gripe, dengue, Aids, doença de Chagas, leishmaniose e febre amarela, também soma-se a isso muitas abordagens e distribuição de informativos de prestação de serviço do próprio sindicato. O dia mundial da saúde foi criado no dia sete de abril de mil novecentos e quarenta e oito pela Organização Mundial da Saúde, através da preocupação de seus integrantes em manter o bom estado de saúde das pessoas, bem como alertar sobre os principais problemas que podem atingir a população, então ele só queria ressaltar que o povo não lembra dessa data que é tão importante que é o dia mundial da saúde, que é um dia de alertar as pessoas a fazer a prevenção, ele diz que tem acompanhado as secretarias municipais de saúde e outros órgãos de saúde que nunca fazem nada, não relembram, chega no dia cinco de agosto dia nacional e também nada acontece, então não interessa se só está fazendo as coisas hoje, não ta lembrando que antes de tudo tinha isso que foi em mil novecentos e quarenta e oito. Outro informe é que dia três de abril, no lançamento do Programa da Saúde Bucal, que realizou-se no Centro de Convenções do Hotel Londristar em Londrina que reuniu cerca de oitocentos profissionais de odontologia, então também se fizeram presente nesse dia. No dia nove de abril de dois mil e quatorze, o SINDNAP participou da oitava marcha das centrais sindicais na capital de São Paulo, nessa marcha foi reivindicado muita coisa, como reivindicado trinta e seis horas, trinta horas, todas aquelas reivindicações e também nessa passeata foi reivindicado os dez por cento para a saúde. **Nilson (SINDFAR)** informa que na última terça-feira ocorreu a eleição da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde de Paranaguá, como não teve nenhum gestor interessado, ficou três usuários e um trabalhador de saúde, no regimento só diz que tem que ter no mínimo dois usuários mas não diz se é paritário ou não, ele não sabe se tem legislação e até pede ajuda se algum conselheiro conhecer alguma legislação que não permita os três usuários. Então assumiu novamente a cadeira de presidente do segmento usuário o senhor José Daugiva, que também é presidente da Associação dos Aposentados da Estiva de Paranaguá e que está fazendo um trabalho muito bom lá, como vice-presidente ficou o senhor Mamedi que é da Associação de Moradores de Paranaguá e o segundo secretário ficou o Nilson da Jovem Betel que é uma comunidade terapêutica e como primeiro secretário ficou a Maria do Rocio que é trabalhadora e representa o Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Paranaguá. **Antonio Neto (FEMIPA)** diz que a lei federal, que é a que vale, fala em cinquenta por cento de usuários e todo o resto é recomendações, isso não pode ser esquecido, cinquenta por cento de tudo tem que ser usuário e sempre que puder devem ser cumpridas as recomendações. **Malu (ASSEMPA)** gostaria que ficasse registrada a sua indignação do não envio ao Conselho do convite para o evento que ocorreu no dia anterior na UP – Universidade Positivo, sobre o Programa Mãe Paranaense, ela como conselheira municipal e estadual não ficou sabendo e no dia anterior ficou sabendo na Comissão de Saúde da Mulher que o evento estava ocorrendo, mas que não havia sido enviado convite para o Conselho, a Comissão de Saúde da Mulher não foi comunicada, como também não foi comunicado o Conselho Estadual de Saúde da Mulher, mas isso vai ser discutido na outra plenária. **Antonio Neto (FEMIPA)** agora gostaria de dizer que a

plenária como um todo está conseguindo se organizar, conseguindo fechar novamente em um bom tempo, teve-se a preposição de não ter a reunião extraordinária e graças a Deus não foi feita porque foi meia hora de discussão e os conselheiros ficariam um dia para meia hora de discussão, gastando verba pública e, falando em nome da Mesa Diretora, eles vão tentar sempre que puderem, diminuir o máximo as reuniões extraordinárias, diminuir o máximo o custo, porém não vão deixar de fazer os eventos que são necessários para o controle social do Estado do Paraná, Contudo, se vê que estão a uma hora e vinte minutos de encerrar a plenária, se tivesse um assunto a ser definido hoje, nesta reunião, de importância para o Estado do Paraná, não haveria quorum para fechar isso e vendo toda a preocupação de se fechar o mais rápido possível as plenárias, não para ir embora mais cedo porque todos que ainda estão presentes vão embora oito ou nove horas da noite, então nenhum da Mesa vai poder ir embora e tem muita gente mesmo sendo de Curitiba ou sendo de fora, alguns se ausentaram neste momento, a plenária foi encerrada tudo bem, mas alguns saíram logo em que sua fala foi concluída, quer dizer falou sua Comissão então o que tinha que ver e foi embora, como se as outras Comissões não tivessem importância. Se quisessem colocar hoje em votação algo que a plenária não quisesse, ele colocaria agora, passaria e depois iam falar que passaram quando tinham ido embora, mas foram embora por que? E, só para lembrar nesse negócio de ir embora, foi proibida a van, a van vai para o aeroporto uma vez ao dia, que sai às duas ou três ou quatro tem que se virar para ir para o aeroporto, não é mais permitido que se leve porque é para estarem dentro da plenária. **Malu (ASSEMPA)** tem uma proposta, no Conselho Municipal de Saúde só se assina a lista de presença na hora dos informes, então isso tem que ser revisto sim, inclusive depois do almoço tem muitos conselheiros que viajam com o dinheiro público e chegam na sala às três horas da tarde; pela manhã muitos conselheiros no hotel levantam e chegam às dez horas da manhã. Então, é uma proposta que se assine a lista de presença depois dos informes. **Jiovany (CMP)** apóia a fala da Malu, tanto que se tivesse alguma proposta de emergência ou alguma coisa para aprovação de emergência chegando agora, coincidiu com a proposta da Malu e vai ser aprovado, porque cadê o quorum? Ela também acha uma falta de respeito porque todos estão nessa plenária com o dinheiro público e tem o dever de estar até o final. E, ela aprova essa proposta da Malu da mudança da assinatura da lista de presença após os informes, que assim não é um meio de segurar os conselheiros, mas que eles fiquem até o final para saber o que está sendo discutido. **Antonio Neto (FEMIPA)** informa que já colocará em votação e se alguém reclamar que não tem quorum, não tem problema porque essa é uma ação administrativa, não é uma ação que precise de quorum para votar. **Clarice (Pastoral da Criança)** informa que na reunião do mês anterior da Mesa Diretora foi comentado sobre esse assunto e ela fez a sugestão para o presidente que tem outras organizações que fazem da seguinte forma, eles assinam na chegada e na saída, para complementar essa assinatura de como realmente o conselheiro participou totalmente da reunião. Esse é também um dos informes e é válido porque já está no final da reunião e, acredita que até que a reunião não se dê por encerrada pelo presidente há condições de levar em frente todos os assuntos cabíveis à reunião. **Antonio Neto (FEMIPA)** então faz a proposta que se tenha uma lista de presença no início e que ela tem validade até nove e meia, nove e meia essa lista é retirada e vai entrar uma nova lista no final da manhã, então quem não assinou tem ainda a chance de assinar no final, que faz com que ele fique até o último minuto: à tarde será feita a mesma coisa, a reunião começa uma e meia e a lista fica lá até as duas, às duas horas ela é retirada, se quiser assinar vai ter que esperar a segunda chamada que é no final, porque controla-se a hora que chega e a hora que sai, senão só vai controlar quem ficou até o final, se o conselheiro chegar quinze minutos antes do final ele assina a lista, porque ele fica passeando volta e sabe que é o momento de assinar. É aprovado em plenária que se inicie na próxima reunião esse novo procedimento da lista de presença. Ele diz que se fosse um caso, uma pessoa só que saísse, ele não daria a mínima para ele e a entidade que colocou ele no Conselho e ele não

representa sua entidade e a entidade não soube escolher, mas chegou-se num ponto que a reunião está totalmente esvaziada, chegou a prejudicar não a entidade de quem está indo embora, está prejudicando a discussão, está se utilizando mal da verba e aí para sair mais cedo terá que ter justificativa. **Wilson (FETAEP)** diz que depois de chegar em Maringá, tem que andar mais cento e dez quilômetros para chegar em casa e só vai chegar em casa por volta das onze e meia a meia-noite. **Antonio Neto (FEMIPA)** diz que quando entraram no Conselho, pegava-se o voo da meia-noite porque a reunião do Conselho ia até as oito ou oito e meia da noite e não terminava a pauta, ficava pauta para a próxima, muita coisa avançou, hoje tem van para o aeroporto, ante cada um tinha que se virar, melhorou muita coisa, só que a idéia é se está acabando cedo é para que todo mundo fique e não esvazie, daqui a pouco vai se falar para terminar a reunião às quatro e meio-dia não vai ter ninguém. Então, tem gente que está no hotel e só chega às dez horas, tem gente que saiu às três horas e está dentro do quarto e o resto está aqui, então não dá, inclusive alguns conselheiros que são de Curitiba ainda estão presentes e os demais também deveriam estar. Então, para encerrar a reunião, primeiro, arrumar a casa é arrumar aqui dentro, é ficar participando aqui, porque tem gente que quer ir para Brasília, mas não quer ficar na reunião em Curitiba; arrumar a casa é ficar aqui, depois é ficar no Paraná; tem hora que tem evento na cidade do conselheiro e ele fala que não pode ir e aí no dia seguinte tem evento fora e ele fala que pode ir. Antonio Neto se diz contente com as reuniões do Conselho e que eles tem avançado muito e, então é encerrada a reunião. O áudio dessa reunião está disponível para consulta na Secretária Executiva do Conselho Estadual de Saúde do Paraná – CES/PR, bem como as apresentações feitas nessa reunião estão disponibilizadas no site do CES/PR (www.conselho.saude.pr.gov.br).